ISSN: 2358-8829

O ENSINO DISTÂNCIA (EAD) NO BRASIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E O NOVO PAPEL DO PROFESSOR

Débora Cláudia da Silva [1]
Naelly Thaís da Silva Pereira [2]
Emily Nascimento Soares Silva [3]
Jonathan Manoel da Costa [4]

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) ocupa posição expressiva no cenário educacional brasileiro, impulsionada pela ampliação das tecnologias de informação e comunicação, pela expansão do acesso à internet e pela procura por percursos formativos mais flexíveis. Ao permitir que parte das atividades seja realizada sem a presença cotidiana de docentes e estudantes em um mesmo espaço físico, a modalidade pode favorecer pessoas que conciliam estudos, trabalho, responsabilidades familiares e deslocamentos. Essa flexibilidade, contudo, não equivale à ausência de exigência acadêmica: a aprendizagem depende de planejamento, interação, avaliação e condições institucionais que sustentem o percurso formativo.

A trajetória da EaD é marcada pela incorporação de diferentes meios de comunicação. O ensino por correspondência, as transmissões radiofônicas e televisivas, a integração de mídias e, posteriormente, a internet e os ambientes virtuais de aprendizagem ampliaram as formas de produzir, distribuir e acompanhar conteúdos. A classificação em gerações ajuda a compreender essas mudanças, mas deve ser utilizada com cautela: as etapas não são universais nem se substituem de maneira linear, e recursos antigos podem coexistir com tecnologias recentes (SILVA; DEL PINO, 2019; SARDI; CARVALHO, 2022).

No Brasil, a expansão da modalidade no ensino superior torna necessário discutir não apenas a quantidade de vagas e matrículas, mas também as condições de

[1] Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU).
[2] Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
[3] Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
[4] Professor orientador, Mestre, Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU).

ISSN: 2358-8829

aprendizagem, a formação dos profissionais envolvidos e a qualidade da interação pedagógica. O Censo da Educação Superior, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constitui uma fonte oficial para acompanhar instituições, cursos, matrículas e docentes. Os dados precisam, entretanto, ser interpretados com atenção ao contexto: indicadores de expansão descrevem a dimensão da oferta, mas não demonstram, isoladamente, a qualidade das experiências formativas (INEP, 2025).

Nesse contexto, o papel do professor também se transforma. A atuação docente na EaD envolve selecionar e organizar materiais, explicitar objetivos, orientar o percurso de aprendizagem, promover a participação, acompanhar dúvidas, oferecer devolutivas e reconhecer dificuldades que nem sempre são visíveis em uma plataforma. A tecnologia não elimina a importância do professor; modifica os meios e as condições pelos quais sua presença pedagógica é construída.

O objetivo deste artigo é analisar a evolução histórica da Educação a Distância no Brasil e discutir como o desenvolvimento tecnológico e a expansão da modalidade reconfiguraram o papel do professor. Como questão orientadora, pergunta-se: de que modo as mudanças nos meios de comunicação e na organização da EaD alteram as responsabilidades docentes e quais desafios permanecem para assegurar uma formação de qualidade? Busca-se, ainda, refletir sobre autonomia discente, mediação pedagógica, inclusão digital e responsabilidade institucional.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, articulada à consulta documental de dados estatísticos e normas oficiais. O propósito é interpretar contribuições acadêmicas sobre a trajetória histórica da EaD e sobre as transformações do trabalho docente, relacionando-as ao contexto brasileiro. Não se trata de uma revisão sistemática nem de uma pesquisa empírica com participantes.

Em consonância com a proposta inicial do estudo, o levantamento bibliográfico priorizou publicações de 2019 a 2025, com buscas orientadas em SciELO e Google Acadêmico a partir de combinações de termos como “educação a distância”, “EaD no Brasil”, “evolução histórica”, “docência” e “mediação pedagógica”. Foram considerados

ISSN: 2358-8829

materiais com relação direta com o tema e informações bibliográficas identificáveis. Para contextualizar a trajetória histórica, também foram utilizados trabalhos anteriores ao recorte temporal quando relevantes para a compreensão do desenvolvimento da modalidade. A análise documental incluiu dados do Censo da Educação Superior 2024 e legislação oficial relacionada à oferta de EaD.

A leitura e a organização do material foram orientadas por cinco eixos: (1) evolução histórica e tecnológica da EaD; (2) expansão da modalidade no Brasil; (3) mudanças na prática e nas condições de trabalho docente; (4) autonomia discente e acompanhamento pedagógico; e (5) qualidade, inclusão e regulação. Não foram realizadas entrevistas, observações de campo ou aplicação de questionários, tampouco foi feita análise estatística própria. Assim, os argumentos apresentados decorrem da interpretação da literatura e de documentos públicos, e não de resultados empíricos produzidos pelos autores.

Como limite metodológico, registra-se que o artigo não apresenta protocolo de revisão sistemática, contagem exaustiva dos resultados das buscas ou avaliação formal da qualidade metodológica de cada estudo. A seleção temática e a disponibilidade dos textos podem influenciar o conjunto analisado. Por essa razão, as conclusões devem ser compreendidas como uma síntese interpretativa, não como retrato exaustivo de toda a produção científica sobre EaD.

REFERENCIAL TEÓRICO

1 Conceito e características da Educação a Distância

A EaD pode ser compreendida como uma modalidade educacional em que professores e estudantes desenvolvem atividades de ensino e aprendizagem com separação espacial e, em determinadas situações, temporal, recorrendo a tecnologias e estratégias de comunicação para organizar o processo educativo. Essa definição não significa que o estudante aprenda isoladamente ou que o professor esteja ausente. A distância física exige outras formas de planejar a interação, esclarecer dúvidas, acompanhar o progresso e construir vínculos pedagógicos.

ISSN: 2358-8829

Uma característica importante da modalidade é a flexibilidade na organização dos estudos. Em cursos com atividades assíncronas, por exemplo, o estudante pode acessar textos, vídeos e tarefas em horários diferentes dos demais participantes. Já atividades síncronas, como encontros virtuais ao vivo, permitem interação em tempo real. A combinação entre esses formatos depende do projeto pedagógico, dos objetivos de aprendizagem e das condições de acesso do público atendido.

A flexibilidade, porém, não deve ser confundida com facilidade automática. Estudar a distância requer organização do tempo, leitura, capacidade de buscar informações, participação e cumprimento de prazos. Ao mesmo tempo, a instituição precisa oferecer orientações claras, materiais acessíveis, canais de comunicação funcionais e acompanhamento pedagógico. Quando a responsabilidade pelo sucesso é atribuída exclusivamente ao estudante, desconsideram-se as condições institucionais e sociais que interferem na aprendizagem.

Sardi e Carvalho (2022) chamam atenção para os limites e as contradições presentes na docência em EaD, incluindo os riscos de enfraquecimento do acompanhamento sistemático e das relações acadêmicas quando a organização do ensino privilegia excessivamente a padronização e a lógica de oferta em larga escala. Essa crítica contribui para compreender que a tecnologia, por si só, não assegura qualidade: seus resultados dependem das escolhas pedagógicas e das condições concretas de trabalho e estudo.

2 A evolução histórica da EaD e suas cinco gerações

A evolução da EaD é frequentemente apresentada por meio de gerações, definidas conforme os meios de comunicação predominantes e as possibilidades de interação. Essa periodização é útil como recurso explicativo, mas não corresponde a uma sequência rígida e idêntica em todos os países. No Brasil, diferentes experiências institucionais e tecnologias se sobrepuseram, e a passagem de um meio a outro não significou o desaparecimento imediato dos anteriores (SILVA; DEL PINO, 2019; SARDI; CARVALHO, 2022).

2.1 Primeira geração: ensino por correspondência

A primeira geração é associada ao ensino por correspondência, baseado no envio de materiais impressos e atividades por serviços postais. Esse modelo permitiu que

pessoas distantes de instituições educacionais recebessem conteúdos e realizassem exercícios sem comparecer regularmente a uma sala de aula. A comunicação, entretanto, era lenta: a entrega dos materiais, a realização das tarefas e o retorno do professor podiam levar dias ou semanas (ALVES, 2009).

Apesar dessas limitações, o ensino por correspondência teve importância histórica ao demonstrar que o processo educativo poderia ser organizado para além da presença física simultânea de professor e estudante. A modalidade dependia de instruções claras, materiais autossuficientes e capacidade de estudo individual. O retorno avaliativo era essencial para orientar o estudante, embora a distância temporal dificultasse uma intervenção imediata.

2.2 Segunda geração: rádio e televisão

Com o desenvolvimento do rádio e, posteriormente, da televisão, a EaD passou a utilizar meios de comunicação capazes de alcançar públicos numerosos. Programas educativos transmitiam aulas, explicações e conteúdos culturais a pessoas que, em diferentes regiões, podiam acompanhar a programação sem deslocamento até uma instituição. No Brasil, iniciativas radiofônicas e televisivas contribuíram para ampliar a circulação de conteúdos educacionais.

Esses meios ampliaram o alcance, mas mantiveram desafios relacionados à interação. A transmissão costumava seguir horários predefinidos e o estudante nem sempre tinha como fazer perguntas ou receber respostas individualizadas. Para complementar as aulas transmitidas, podiam ser utilizados materiais impressos, exercícios e atividades de acompanhamento. Essa combinação evidencia que a tecnologia de transmissão precisava ser acompanhada de estratégias didáticas.

2.3 Terceira geração: integração de mídias e organização institucional

Uma terceira geração é associada à integração de recursos e à organização mais sistemática de cursos a distância. Em vez de depender de um único meio, os programas passaram a combinar materiais impressos, rádio, televisão, encontros presenciais pontuais e outras formas de apoio. A organização do curso tornou-se mais complexa, envolvendo planejamento de conteúdos, avaliação e participação de diferentes profissionais. Essa descrição é uma síntese de modelos históricos e não deve ser entendida como uma cronologia uniforme para todas as instituições.

ISSN: 2358-8829

A diversificação de recursos permitiu que os conteúdos fossem apresentados de modos distintos, favorecendo diferentes formas de contato com o conhecimento. Contudo, a presença de vários meios não garantia, por si só, aprendizagem significativa. Era necessário assegurar coerência entre objetivos, atividades, avaliações e formas de acompanhamento, evitando que o curso se resumisse à distribuição de materiais.

2.4 Quarta geração: internet e ambientes virtuais

A expansão dos computadores pessoais e da internet modificou profundamente as possibilidades da EaD. Textos, vídeos, fóruns, mensagens, bibliotecas digitais e atividades avaliativas passaram a ser disponibilizados em ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs). A comunicação tornou-se mais rápida, permitindo que professores e estudantes trocassem mensagens, compartilhassem arquivos e participassem de atividades colaborativas.

Os ambientes virtuais também possibilitaram acompanhar entregas e registros de participação, organizar cronogramas e reunir recursos em um espaço digital. No entanto, a disponibilidade de ferramentas não deve ser confundida com interação efetiva. Um fórum sem mediação, uma videoaula sem atividades ou uma plataforma com instruções pouco claras podem limitar a participação. O desenho pedagógico é decisivo para que as tecnologias sirvam aos objetivos de aprendizagem.

2.5 Quinta geração: aprendizagem em rede e recursos inteligentes

A quinta geração pode ser associada à conectividade ampliada, à aprendizagem em rede, à personalização de percursos e ao uso de ferramentas digitais sofisticadas, incluindo sistemas automatizados e recursos de inteligência artificial. Essas ferramentas podem apoiar a busca de informações, a prática de exercícios e a organização dos estudos, mas não asseguram por si mesmas aprendizagem ou personalização efetiva. Seu uso exige avaliação crítica das respostas, transparência, proteção de dados e atenção à autoria acadêmica.

A aprendizagem em rede favorece o compartilhamento de ideias e a colaboração entre estudantes de diferentes lugares. Ao mesmo tempo, o excesso de informações pode dificultar a seleção de fontes confiáveis, e a dependência de conexão e dispositivos pode aprofundar desigualdades. Por isso, a quinta geração não deve ser entendida como uma

ISSN: 2358-8829

etapa em que a tecnologia resolve todos os problemas anteriores, mas como um cenário que cria novas possibilidades e novas responsabilidades.

As cinco gerações evidenciam uma mudança gradual: dos materiais enviados individualmente para formas de comunicação mais rápidas, multimodais e interativas. Ainda assim, o elemento central permanece sendo a organização pedagógica. Uma aula digital pode reproduzir práticas transmissivas pouco participativas, assim como uma atividade impressa pode estimular reflexão e autonomia. O meio utilizado importa, mas o modo como o ensino é planejado e acompanhado importa igualmente.

3 A expansão da EaD no Brasil

A expansão da EaD no ensino superior brasileiro está relacionada a múltiplos fatores, como a ampliação do acesso à internet, a oferta de cursos por instituições públicas e privadas, a procura por formação profissional e a necessidade de conciliar estudo com outras responsabilidades. Para estudantes que vivem longe de centros universitários ou que não conseguem frequentar aulas presenciais em horários fixos, a modalidade pode representar uma oportunidade de ingresso e continuidade dos estudos.

As notas estatísticas do Censo da Educação Superior 2024 indicam que a EaD ultrapassou cinco milhões de matrículas e correspondeu a 50,7% do total de matrículas de graduação naquele ano. O documento também aponta forte concentração das matrículas a distância na rede privada (INEP, 2025). Esses indicadores demonstram a dimensão alcançada pela modalidade, mas não devem ser interpretados como prova automática de democratização substantiva ou de qualidade: é necessário examinar quem acessa, quem consegue permanecer e concluir os cursos, e que condições de ensino são oferecidas.

O crescimento numérico não permite concluir, isoladamente, que todos os cursos apresentam a mesma qualidade ou que todos os estudantes tenham experiências equivalentes. A infraestrutura institucional, a qualificação das equipes, a clareza dos materiais, o apoio ao estudante, as oportunidades de interação e as formas de avaliação podem variar significativamente. Assim, políticas de expansão precisam caminhar junto a mecanismos de acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento.

A democratização do acesso também depende de condições materiais. A necessidade de computador ou celular adequado, conexão estável, espaço para estudar e

ISSN: 2358-8829

tempo disponível pode afetar a participação. A existência de uma plataforma não elimina desigualdades sociais e regionais. Uma EaD comprometida com a inclusão precisa considerar acessibilidade, diversidade de dispositivos, materiais que possam ser consultados em diferentes condições e canais de suporte.

A regulação da modalidade também integra esse debate. O marco normativo brasileiro foi atualizado em 2025, com a publicação do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação. Por isso, análises regulatórias precisam utilizar a legislação vigente e não tratar normas anteriores como se continuassem necessariamente em vigor. Este artigo menciona o marco legal como contexto, sem realizar uma análise jurídica exaustiva (BRASIL, 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica indica que o professor na EaD exerce funções articuladas de planejamento, orientação, mediação, acompanhamento e avaliação. Essa transformação não significa que a exposição direta de conteúdos tenha perdido seu valor; significa que ela precisa ser integrada a estratégias que permitam ao estudante compreender, discutir e aplicar conceitos, esclarecer dúvidas e receber devolutivas ao longo do percurso. O trabalho docente, portanto, não se resume à gravação de aulas ou à disponibilização de arquivos.

No ambiente virtual, a presença docente é construída por intervenções intencionais: apresentar objetivos e critérios, organizar materiais em sequência coerente, propor atividades alinhadas às aprendizagens esperadas, responder perguntas, estimular debates e comentar os resultados das tarefas. A ausência de orientações ou a demora excessiva nas respostas pode gerar sensação de abandono e dificultar a continuidade dos estudos. Por isso, é importante estabelecer expectativas claras sobre canais de comunicação, prazos de retorno e formas de acompanhamento.

O professor também precisa selecionar e avaliar recursos digitais. Nem todo vídeo, texto ou ferramenta disponível na internet é confiável, acessível ou adequado aos objetivos do curso. Cabe ao docente verificar a qualidade das fontes, considerar direitos autorais, orientar o uso crítico da informação e escolher recursos compatíveis com as

necessidades dos estudantes. A competência digital envolve não apenas operar plataformas, mas decidir pedagogicamente quando, por que e para quem utilizar cada recurso.

A dimensão humana da docência permanece fundamental. A comunicação digital pode dificultar a percepção de dúvidas, inseguranças ou desmotivação, especialmente quando a interação ocorre apenas por mensagens escritas. Uma postura empática, respeitosa e clara ajuda a criar condições para que o estudante peça ajuda e participe. A empatia não substitui o domínio do conteúdo, assim como o domínio técnico não substitui a capacidade de dialogar.

Sardi e Carvalho (2022a, 2022b) mostram, em estudos distintos, que as mudanças na EaD precisam ser analisadas também a partir das relações pedagógicas e das condições de trabalho docente. A fragmentação de tarefas, a ampliação de turmas e a padronização excessiva podem restringir o acompanhamento individual e alterar a experiência profissional. Dessa forma, a qualidade da mediação não depende apenas do esforço individual do professor: requer tempo de trabalho, formação, reconhecimento profissional e condições institucionais adequadas.

A autonomia é frequentemente apontada como uma exigência da EaD. O estudante precisa organizar horários, acompanhar prazos, realizar leituras e buscar apoio quando necessário. Contudo, autonomia não significa aprender sem orientação. Ela se desenvolve gradualmente, por meio de objetivos claros, estratégias de estudo, feedback e oportunidades para avaliar o próprio progresso.

O planejamento da aprendizagem pode ser favorecido por cronogramas acessíveis, atividades divididas em etapas, instruções objetivas e indicação de prioridades. Quando os conteúdos são apresentados sem sequência ou as avaliações não correspondem ao que foi estudado, a dificuldade de organização aumenta. O professor e a instituição podem contribuir para que o estudante desenvolva hábitos de estudo e compreenda o sentido de cada tarefa.

O acompanhamento não deve se restringir à verificação de acesso à plataforma ou à entrega de atividades. A participação digital não é necessariamente sinônimo de aprendizagem. É importante observar a qualidade das respostas, os erros recorrentes, as dúvidas apresentadas e a capacidade de aplicar conceitos. A avaliação formativa, com devolutivas que indiquem o que foi compreendido e o que precisa ser revisto, pode ajudar o estudante a avançar.

ISSN: 2358-8829

A interação entre colegas também merece atenção. Fóruns, projetos colaborativos e grupos de discussão podem ampliar a diversidade de perspectivas e reduzir o isolamento. Para isso, as atividades precisam ter propósito pedagógico claro e contar com orientação. Simplesmente disponibilizar um fórum sem pergunta relevante ou sem acompanhamento não assegura diálogo acadêmico.

Entre as potencialidades da EaD estão a flexibilidade de tempo e espaço, a possibilidade de consultar materiais digitais, a redução de deslocamentos e a oportunidade de atender estudantes com diferentes rotinas. Recursos multimodais permitem revisitar explicações e acessar materiais complementares, enquanto atividades assíncronas podem favorecer a organização individual do estudo. Essas possibilidades, entretanto, dependem de desenho pedagógico coerente, acessibilidade e suporte efetivo.

Entre os desafios estão a desigualdade no acesso a equipamentos e internet, a dificuldade de organizar o tempo, o isolamento, a demora no retorno docente e a qualidade irregular de materiais. Há também o risco de reduzir a educação à distribuição de conteúdos e à realização automática de tarefas, enfraquecendo o diálogo, a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento. Tais limites não são inevitáveis em toda EaD, mas precisam ser considerados no planejamento e na avaliação dos cursos.

Outro desafio consiste em evitar a ideia de que a modalidade é, por definição, inferior ou superior ao ensino presencial. As duas formas de oferta possuem características próprias e podem apresentar experiências de qualidade ou problemas pedagógicos. A comparação deve considerar objetivos do curso, área de formação, atividades práticas necessárias, condições de suporte e resultados de aprendizagem, em vez de se basear apenas no formato.

Em cursos que demandam laboratórios, práticas profissionais, observação direta ou desenvolvimento de habilidades manuais, é especialmente importante que o projeto pedagógico assegure experiências práticas compatíveis com os objetivos formativos e com as exigências legais. Recursos virtuais podem complementar essas experiências, mas não devem ser tratados automaticamente como substitutos de toda prática concreta. A organização adequada depende da natureza do curso e das competências que precisam ser desenvolvidas.

A qualidade da EaD é uma responsabilidade compartilhada, mas não simétrica. O estudante participa ativamente do processo; à instituição, porém, cabe assegurar estrutura tecnológica, materiais adequados, acessibilidade, suporte técnico, orientação acadêmica

ISSN: 2358-8829

e condições de trabalho para as equipes. Ao professor compete planejar, mediar e avaliar a aprendizagem dentro das condições disponibilizadas. Atribuir os problemas exclusivamente à falta de autonomia do estudante ignora fatores institucionais e sociais que também influenciam a permanência e o desempenho.

A inclusão exige que os materiais considerem diferentes necessidades de acesso. Vídeos com legendas, documentos bem estruturados, linguagem clara, compatibilidade com leitores de tela e alternativas de acesso podem favorecer a participação. Também é importante evitar que todas as atividades dependam de conexão contínua ou de equipamentos de alto desempenho. A acessibilidade deve ser pensada desde o planejamento, e não apenas como adaptação posterior.

O uso de tecnologias emergentes, inclusive ferramentas de inteligência artificial, demanda orientação ética. Estudantes precisam compreender como verificar informações, identificar limitações das ferramentas e respeitar a autoria. Professores e instituições devem estabelecer critérios transparentes para o uso desses recursos, proteger dados pessoais e preservar a avaliação da aprendizagem real. A tecnologia pode apoiar a prática pedagógica, mas não substitui o julgamento profissional nem a responsabilidade educativa.

Essa reflexão é especialmente relevante no contexto do ensino de ciências, em que a mediação pedagógica em EaD precisa articular o embasamento teórico a estratégias virtuais e presenciais que contemplem o ensino e a experimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação a Distância (EaD) passou por transformações significativas com o desenvolvimento dos meios de comunicação, ampliando as possibilidades de acesso ao conhecimento e de interação. Entretanto, a inovação tecnológica, por si só, não garante a aprendizagem, sendo necessário planejamento e acompanhamento pedagógico.

No Brasil, a expressiva participação da EaD no ensino superior reforça sua importância, mas a expansão da modalidade também exige atenção à qualidade, à acessibilidade e à permanência estudantil. Nesse contexto, o professor desempenha um papel fundamental na organização das atividades, na mediação das interações e no acompanhamento das dificuldades dos estudantes.

Conclui-se que a EaD pode ampliar as oportunidades educacionais quando associada à responsabilidade institucional, à autonomia discente e à mediação pedagógica. Por fim, destaca-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem as discussões sobre as práticas docentes, a qualidade do ensino e os desafios da modalidade, contribuindo para o aprimoramento das experiências educativas.

Palavras-chave: Ensino à Distância, Gerações do EAD, Avanços Tecnológicos

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 maio 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior 2024: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_superior_2024.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

SARDI, Rafaela Garcia; CARVALHO, Paulo Roberto de. A docência na educação a distância: uma análise crítica da prática profissional. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 27, e48799, 2022a. DOI: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v27i0.48799.

SARDI, Rafaela Garcia; CARVALHO, Paulo Roberto de. Docência na educação à distância: processos de subjetivação. Psicologia Escolar e Educacional, v. 26, e230431, 2022b. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392022230431.

SILVA, Genivaldo Alves da; DEL PINO, José Claudio. Contexto da evolução histórica da educação a distância (EaD) no Brasil. Revista de Educação do Vale do Arinos – RELVA, Juara, v. 6, n. 2, p. 84–98, 2019.

ALVES, João Roberto Moreira. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Marcos (org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9–13.